

São Paulo, 04 de outubro de 2012  
**Riscos da energia elétrica no Brasil**

Por Alexandre Yokote

Essas últimas semanas foi um ótimo período para sentirmos um pouco dos diversos riscos que rodam no universo de energia elétrica no Brasil. Até os últimos tempos presenciávamos apenas discussões respeito das oportunidades de crescimento e investimento em infraestrutura, com grandes obras no setor de hidroeletricidade, como Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, reforçando mais a imagem internacional de que o Brasil era um país de hidroelétricas e uma matriz de baixo carbono, porém não de baixo impacto socioambiental, visto que as mesmas obras trazem também repercussões mundiais quanto a mudanças de meio físico, perdas de biodiversidade com os reservatórios, conflitos com atingidos pela barragem e povos indígenas, além dos casos de greves nas obras.

De um lado, investidores, geradoras de energia elétrica, construtoras e grandes consumidores viam a questão como grande oportunidade de lucro e crescimento no Brasil. No outro lado, ambientalistas eram contra. Trabalhadores estavam felizes com o crescimento de oportunidades de trabalho nas obras, mas ao mesmo tempo uma parte dessa mão de obra gerou prejuízos da ordem de bilhões para uma única obra com as greves de 2011.

Até aqui, esse era o universo de riscos de energia elétrica, além é claro da potencial falta.

Porém a cada dia percebemos mais a fragilidade do nosso sistema. Dois blecautes significativos ocorridos nos últimos dias mostram os prós e contras do Sistema Interligado Nacional (SIN). Uma falha na subestação de Imperatriz (Maranhão) causou um blecaute na região Norte Nordeste e uma falha na subestação Itaipu causou um blecaute no Sul, Sudeste e Centro-Oeste e nos Estados do Acre e Rondônia. O SIN possui uma face positiva e outra negativa. O SIN permite um compartilhamento e pulverização do risco e a priorização de centros consumidores críticos, também permite a continuidade da política hidroelétrica de baixo carbono do Brasil, mas esta mesma interligação demanda altos investimentos em malha de transmissão de energia, surgimento de gargalos em linhas e subestações e uma maior exposição à blecaute (ao pulverizar o risco, alguns centros ficam mais expostos a falhas que acontecem do outro lado do país). Com o aumento verificado de eventos climatológicos, o risco em uma região acaba repercutindo em todos os cantos atendidos pelo SIN.

Outro problema recentemente verificado é o desalinhamento de cronograma entre a expansão da transmissão e a entrada de operação das novas instalações geradoras. Temos casos como o da Usina de Santo Antônio, cuja energia gerada hoje somente é aproveitada localmente em função do atraso da construção da linha de transmissão. Como as grandes geradoras estão distantes dos grandes consumidores, muitos põem em xeque a política nacional de geração centralizada com grandes hidroelétricas, os mesmos críticos defendem a geração descentralizada e de menor porte, com micro e minigeração distribuída e pequenas centrais. A ANEEL auxilia neste incentivo de micro e minigeração por meio da RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 482, DE 17 DE ABRIL DE 2012. Mas é claro que cada um, geração centralizada e geração descentralizada, têm seus próprios riscos.

Para finalizar, não podemos deixar de citar o que mais impactou as empresas do setor elétrico, a Medida Provisória 579. A exemplo, a CTEEP PN teve uma queda de 10 para 12 de setembro de R\$42,60 para 30,30, hoje em 35,12, A CESP PNB foi de 29,90 no dia 10/09 para 20,11 no dia 12 e mantendo mesmo nível. A CEMIG PN foi de 35 para 25 e ainda caindo. Em 1 mês, desde o dia 06 de setembro de 2012, o índice IEE acumula queda de -10,63%, enquanto o IBX 50 alta de 3,96%.

Alguns stakeholders perdem mais que os outros, com blecautes ou com investimentos, de alguma forma somos impactado por esses diversos riscos do universo da energia elétrica no Brasil.